



PIB do Brasil desacelera e cresce 0,5% no segundo trimestre

Arrecadação com 'imposto do pecado' deve chegar a R\$ 41,9 bilhões em 2027

Página 4

Orçamento de 2027 prevê R\$ 133,8 bilhões em investimentos

Página 4

Prefeitura de São Paulo formaliza crédito internacional US\$ 248,3 milhões com BID para programa de eletrificação dos ônibus



A Prefeitura de São Paulo formalizou contrato de financiamento de US\$ 248,3 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Redução de Emissões de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus de São Paulo. O contrato prevê uma série de iniciativas para a eletrificação da frota, que vão além da subvenção econômica para a aquisição de aproximadamente 582 ônibus elétricos.

O financiamento será destinado às atividades necessárias para alcançar os resultados previstos no programa.

Página 2

O PIB (Produto Interno Bruto) desacelerou no Brasil no segundo trimestre, com avanço de 0,5% na comparação com os três meses imediatamente anteriores, apontam dados divulgados na terça-feira (1º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A perda de ritmo era aguardada por analistas devido principalmente ao aperto dos juros elevados. O resultado ocorre após alta de 1,1% no primeiro trimestre.

Motor da economia, o consumo das famílias puxou o PIB para baixo e veio pior do que o esperado. Isso reforça a expectativa de que a economia continue a desacelerar.

O consumo, que mede as despesas com a compra de bens e serviços para uso próprio, recuou 0,4% no segundo trimestre. É a primeira taxa negativa após dois avanços consecutivos e o menor desempenho desde os três últimos meses de 2024 (-0,6%).

Página 3

Bienal do Livro tem novo projeto para incentivar leitura no Brasil

Página 10

Nova regra do Pix amplia prazo para contestar golpe

Uma nova regra do Pix amplia na terça-feira (1º), de 30 para 80 dias o prazo para contestar uma devolução realizada pelo Mecanismo Especial de Devolução (MED) quando houver suspeita

de fraude. A mudança foi estabelecida pelo Banco Central e busca proteger principalmente comerciantes, prestadores de serviços e pequenos negócios vítimas de golpes.

Página 4

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,14	Compra: 5,16
Venda: 5,14	Venda: 5,34
EURO	
Compra: 5,95	
Venda: 5,96	

Esporte

Marc Marquez venceu em Aragon e é vice líder do campeonato

Por Jácio Baldi

Nos circuitos anti-horários da MotoGP, Marc Marquez é praticamente imbatível. Isso ficou mais claro nesse final de semana em Aragon. Bezzecchi fez a pole e quebrou o recorde da pista como a Aprilia, mas já havia alertado que Marc havia poupado esforços para a corrida e foi bem isso mesmo. O italiano até que tentou, mas manteve a ponta apenas por cinco voltas e quando foi ultrapassado, Acosta aproveitou o momento da disputa entre ele e Marc e também passou por Bezzecchi, compondo nessa ordem o pódio. Esse será um campeonato onde quem errar menos levará a taça. Marc guarda suas energias para os circuitos anti-horários, e nos demais tem

ta para a maior quantidade de pontos. Creio que os demais postulantes ao título, como os pilotos da Aprilia, devam copiar o espanhol e fazer o movimento contrário.

Marc agora está em segundo no campeonato, dezenove pontos atrás de Jorge Martin, que disse não estar tão preocupado com o rival. "Tivemos alguns problemas durante a prova, mas temos que manter a cabeça erguida. No final, a equipe fez um ótimo trabalho, já que não era um circuito que nos favorecia". "Mesmo que Marc me alcance no campeonato algumas provas que estão por vir são favoráveis a mim", disse o atual líder do campeonato.

Diogo Moreira fez um ótimo trabalho, sendo a melhor Honda classificada, terminando a prova em 9º. O piloto brasileiro foi elo-

giado por Enea Bastianini que afirmou que o brasileiro é um piloto difícil de ultrapassar. "Não lutei muito diretamente com ele nessa temporada, mas Diogo é muito difícil de se ultrapassar", disse Bastianini. É muito difícil lutar, ele freia muito tarde." O brasileiro agradeceu e disse que precisa melhorar a velocidade no meio da curva. Carl Crutchlow afirmou sobre o piloto da LCR. "Se derem uma moto boa a ele, dentro de dois a três anos ele estará lutando pelo título" lembrando que Crutchlow ficou como companheiro de equipe do brasileiro por várias provas, substituindo Zarco, machucado.

O CEO da Aprilia, Massimo Rivola elogiou o comportamento de Marc Marquez no campeonato. "Há muito a aprender com o Marc. Quando ele parece estar



Marc Marquez e Pedro Acosta

com dificuldades, ele vence corridas, sem correr riscos, porque sabe que a consistência é o mais importante daqui até o final do ano. E quando precisa garantir vitórias, onde ele sabe que é o

melhor, ele faz exatamente isso. Precisamos aprender com essa atitude." Rivola também se desculpou com Raul Fernandez, pelo abandono no Motorland, por falha técnica na moto do espanhol.

Na Baggers Cup o brasileiro Eric Granado caiu na primeira prova quando estava em terceiro. O piloto brasileiro fez uma grande segunda prova, finalizando em segundo. O ex-piloto da MotoGP, Andrea Iannone venceu as duas provas. Eric chegou como líder na Espanha, até que minimizou o prejuízo e saiu de lá como vice líder, sete pontos atrás de seu companheiro de equipe Archie McDonald. O campeonato da Baggers Cup se encerrará dentro de três semanas, na Austria, onde Eric tem reais chances de se tornar campeão. Será uma disputa bastante acirrada. Apesar de um pouco mais distantes Oscar Gutierrez e Andrea Iannone também têm chances de conquistar o título. Vamos aguardar e torcer pelo brasileiro.

Porsche Cup Brasil C6 Bank tem novo recorde em Interlagos

A sétima etapa da temporada 2026 da Porsche Cup Brasil C6 Bank neste fim de semana será aberta com mais um recorde: serão nada menos que 81 pilotos em ação em Interlagos. É um recorde absoluto de participantes em evento de sprint da categoria dos carros de competição mais produzidos no mundo.

Com 38 competidores inscritos, o grid mais cheio é o da Carrera, que realiza sua penúltima etapa do calendário no campeonato de corridas curtas. Assim já vale a regra de dois treinos classificatórios e as duas corridas pagando pontua-

ção completa, sem a inversão do grid para a corrida 2.

Líder do campeonato durante praticamente o ano todo, Marçal Muller soma 159 pontos e tem feito a diferença especialmente nos sábados do campeonato de sprint. Com três vitórias e um segundo lugar nas corridas 1 de 2026, o titular do Porsche #544, tem 24 tentos de vantagem sobre o vice-líder Lucas Salles, que chega a Interlagos embalado por sua primeira vitória na principal divisão, justamente na mais recente prova de 25 minutos do ano, disputada no Algarve. Completam o top5 da Carrera Antonella Bassani (133 pontos), Jeff Giassi (130) e o multi-

campeão Miguel Paludo (com 124). Cabe ressaltar que com 112 pontos em jogo nas quatro corridas restantes em 2026, muitos ainda seguem sonhando com o título na preliminar da F1 em novembro.

Mas a rodada dupla desta semana será fundamental para credenciar os reais postulantes à coroa da Carrera, cujo campeonato em 2026 terá apenas um desarte após a prova final. Na Carrera Sport Seba Malucelli chega a São Paulo na liderança com 87 pontos, contra 67 de seu perseguidor mais próximo, Israel Salmen. O titular do Porsche #31 teve uma etapa perfeita no Algarve, gabaritando a etapa. Antes, ele havia

conquistado a corrida da divisão em Interlagos, na abertura do ano.

Pipo Massa ganhou 5 das 8 corridas da Carrera Rookie no ano, com direito a domínio completo na jornada de abertura em Interlagos. A depender da combinação de resultados, o caçula do grid pode até ficar inatingível na pontuação neste fim de semana, colocando as duas mãos no título em seu primeiro ano nas pistas.

Nos casos da Challenge e da Trophy, que tiveram alterações no calendário decorrentes das seguintes obras em Goiânia, restam ainda três etapas para o fim do campeonato. Dessa forma o campeonato da Challenge não terminará

na preliminar da F1 e sim no fim de semana seguinte, quando será realizada em Interlagos a etapa 3.

A classe dos carros da categoria 991.2 terá 22 inscritos em ação neste fim de semana, com promessa mais uma vez de muita emoção em Interlagos. Gerson Campos lidera o campeonato depois de gabaritar as etapas de Interlagos e do Algarve. Ele tem 145 pontos, mas a vantagem de 38 sobre Daniel Neumann e 41 sobre Will Cesar não traduz com precisão o quão competitivos foram as seis corridas do ano, especialmente depois da estreia de Enrico Pedrosa na etapa 2, com direito às duas vitórias na Velocitta.

Todas as atividades da Porsche Cup Brasil C6 Bank neste fim de semana têm transmissão ao vivo nas plataformas digitais oficiais da categoria. No sábado as corridas 1 são exibidas por Band e Bandsports, sendo que o canal a cabo mostra também as corridas da Carrera e Challenge no domingo.

Cidade de SP tem alta nas ocorrências de roubo e furto de veículos pesados

Roubo e furtos de veículos pesados caíram 22,9% no estado de São Paulo nos cinco primeiros meses de 2026. Enquanto o total de ocorrências recuou de 951 para 733 ocorrências na comparação com o mesmo período de 2025, a capital paulista registrou alta de 8,1%, de 197 para 213 casos.

Os dados fazem parte de um levantamento realizado pela Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), em parceria com a empresa de rastreamento Tracker, a partir de boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil.

Após atingir o menor patamar desde o início em fevereiro de 2024, no fim de 2025, as ocorrências voltaram a crescer no início deste ano. Os registros passaram de cerca de 135 em janeiro para 158 em maio.

Segundo o boletim, os dados

abrangem o período até maio de 2026 em razão de restrições à divulgação de informações por órgãos públicos durante o período eleitoral.

O estudo mostra uma mudança na composição dos crimes. Os roubos provocaram principalmente a queda estadual, que diminuiu 34,7%, de 614 para 401 ocorrências. Os furtos permaneceram estáveis, com recuo de apenas 1,5%, de 337 para 332 casos.

"Essa mudança pode representar uma adaptação da atividade criminosa e exige acompanhamento contínuo", afirma o pesquisador Erivaldo Vieira, da Fecap, responsável pelo estudo.

Em nota, a SSP (Secretaria da Segurança Pública) diz que as polícias Civil e Militar atuam de forma integrada no combate aos roubos e furtos de veículos, com

ações de inteligência, investigação, patrulhamento e recuperação de bens.

No estado, diz a pasta, no primeiro semestre de 2026 foram recuperados 20,7 mil veículos, de todos os tipos, incluindo caminhões e outros veículos considerados "pesados", e detidos 110,4 mil infratores.

"No mesmo período, os roubos de veículos em geral [ou seja, não só pesados] caíram 35,1% no estado e 35,3% na capital. Os furtos recuaram 10,6% em São Paulo e 8,6% na capital".

O levantamento da Fecap mantém a capital paulista como principal ponto de roubos e furtos de veículos pesados no estado e com alta de registros.

No caso dos municípios, e isso inclui São Paulo, a pesquisa não discrimina roubos e furtos e informa apenas o total de ocorrências.

Conforme o estudo, bairros da zona norte paulistana concentram as principais ocorrências.

O Jacaré lidera o ranking. Passou de oito casos nos primeiros cinco meses de 2025 para 18 no mesmo período deste ano, alta de 125%.

O bairro da zona norte fica no entorno de rodovias como a

Anhangüera e dos Bandeirantes, que estão entre as principais ligações para o interior paulista.

O vizinho Parque Edu Chaves teve aumento de 25%. Na Vila Maria os registros saltaram 40%. Areião concentra acessos às rodovias Fernão Dias e Presidente Dutra.

No trecho urbano da Fernão Dias foram 18 ocorrências nos primeiros cinco meses de 2026, o mesmo número registrado nos cinco primeiros meses de 2025.

A Secretaria da Segurança Pública diz que na capital, o combate aos desmanches clandestinos busca enfraquecer a cadeia de recepção de veículos roubados e furtados.

Segundo a pasta, neste ano, a Divicav (Divisão de Investigações sobre Furtos, Roubos e Recepções de Veículos e Cargas) apreendeu 72,8 mil peças automotivas sem comprovação de origem durante fiscalizações e investigações.

"Do total, 53,9 mil eram peças de carros e 18,9 mil de motos, caminhões ou ônibus", afirma a pasta. "As ações atingem diretamente o mercado ilegal que dá destino a veículos roubados e furtados e integram a estratégia

da Polícia Civil para desarticular a cadeia criminosa relacionada a esses delitos."

Ao contrário de São Paulo, Guarulhos, segunda cidade com maior número de registros no levantamento, teve queda de 42,5% ?retração de 80 para 46 ocorrências.

Também registraram reduções São Bernardo do Campo (-47,8%), Itapeverica da Serra (-40,9%), Limeira (-34,8%) e Campinas (-33,3%).

Ao mesmo tempo, Osasco, Barueri e Santo André passaram a integrar o grupo dos dez municípios com maior número de ocorrências em 2026, substituindo Cubatão, Embu das Artes e Sumaré, aponta o boletim Tracker Fecap.

"Para quem trabalha com gerenciamento de risco, conhecer os corredores, os municípios e os pontos de concentração é fundamental para definir estratégias de monitoramento mais eficientes", explica Vitor Corrêa, gerente de comando e monitoramento da empresa de rastreamento.

Na nota, a pasta do governo Tarciso de Freitas (Republicanos) afirma que a Polícia Civil rea-

liza investigações específicas contra grupos envolvidos em roubos e furtos de veículos e cargas.

Em São José dos Campos, por exemplo, a Operação Carga Pesada investiga a atuação de uma organização criminosa especializada nesse tipo de crime.

"A investigação segue em andamento, com diligências para identificar os envolvidos, localizar o investigado e recuperar bens relacionados aos delitos", diz.

Entre os veículos pesados analisados pela pesquisa, o caminhão continua sendo o principal alvo dos ladrões, mas apresentou queda de 7,4% nos cinco primeiros meses de 2026, de 391 para 362 ocorrências.

Os reboques registraram alta de 18,9%, de 53 para 63 casos, puxada pelos furtos, que aumentaram 42,9%.

A distribuição dos crimes também permanece concentrada nos dias úteis. Terças, quartas e sextas-feiras respondem por 73,3% das ocorrências entre janeiro e maio.

A noite foi o período de maior incidência, com 31,3% dos registros que tinham horário válido, seguida pela madrugada, com 28,9%.



CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

HISTÓRIAS

Em tempos de 'inferno político' no Brasil, vale lembrar de Dante Alighieri, autor da "Divina Comédia", sua obra prima sobre Inferno, Purgatório e Paraíso. Seus 9 círculos representam a Justiça Divina, sob a Ordem Moral do Universo ...

DAS

... No "Inferno de Dante", o 1º círculo é pra virtuosos [antes do Cristo ou não batizados pela igreja católica], por isso sem sofrimentos físicos. O 2º círculo é pra luxuriosos, que se deixam levar pelos prazeres da carne e são jogados ...

POLÍTICAS

... por ventos [descontrolados como eles]. O 3º círculo é pra gulosos e glútes, que são atolados numa lama fétida e chuva eterna, representando excessos animalescos. O 4º círculo é pra avaros e pródigos, que carregam ...

ANTES

... grandes pedras [trombando com seus apegos materiais]. O 5º círculo é pra irados, que se batem na lama e rancorosos que são submersos num rio de onde emitem bolhas de ar por não conseguirem dominar as suas raivas ...

DE

... O 6º círculo é pra hereges, que negam a fé e a imortalidade do Espírito. Queimam eternamente em tumbas. O 7º círculo é pra violentos [contra eles mesmos viram árvores secas; contra o próximo vão pra rios de sangue fervente] ...

EXISTIR

... e contra DEUS [sob desertos com chuva de fogo]. O 8º círculo é pra fraudadores que usam as inteligências para enganar bajuladores, corruptos, feiteiros, hipócritas e ladrões. Serão punidos em 10 fossos no chão. O 9º círculo ...

BRASIL

... é o mais profundo e gelado do "Inferno de Dante", onde reside Lúcifer [o diabo], é pra traidores [da família, da pátria, de hóspedes e benfeitores], congelados por estarem muito distantes do Calor Gerado pelo Amor de DEUS

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por tornar-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X@cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Vamos comparecer diante Dele com ações de graças, cantando alegres hinos de louvor. SALMOS 95,2

Prefeitura de São Paulo formaliza crédito internacional US\$ 248,3 milhões com BID para programa de eletrificação dos ônibus

A Prefeitura de São Paulo formalizou contrato de financiamento de US\$ 248,3 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Redução de Emissões de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus de São Paulo. O contrato prevê uma série de iniciativas para a eletrificação da frota, que vão além da subvenção econômica para a aquisição de aproximadamente 582 ônibus elétricos.

O financiamento será destinado às atividades necessárias para alcançar os resultados previstos no programa, incluindo a melhoria da gestão e do planejamento do sistema municipal de transporte público, a aquisição de ferramentas digitais, a realização de estudos técnicos e ações de monitoramento, além da eletrificação da frota.

A operação terá prazo de desdobramento de cinco anos, contados a partir da entrada em vigor do contrato, e os recursos serão

liberados em cinco parcelas, condicionadas ao cumprimento das condições previstas e à comprovação dos resultados correspondentes, verificados por entidade independente.

Entre os resultados vinculados aos desembolsos estão a operação de ônibus elétricos, o número de usuários registrados na plataforma MAAS, a redução do tempo de resposta para adequação da oferta e da demanda do serviço por meio do SIGMA, a apreciação de planos de mobilidade de baixo carbono pelo Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMITT) e a adoção de Índice de Equidade de Gênero (IEQ) positivo pelas concessionárias.

Atualmente, a frota de ônibus elétricos da capital é de 1.759 veículos. A expansão integra a estratégia de eletrificação do transporte público municipal e de redução das emissões de poluentes. No dia 13 de agosto, a Prefeitura foi autorizada pelo Senado

Federal a adquirir três operações de crédito internacional que somam US\$ 701,9 milhões – cerca de R\$ 3,62 bilhões – para serem investidas em programas na capital.

O Município de São Paulo será o órgão executor do programa, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT), com apoio técnico da São Paulo Transporte (SPTTrans).

O extrato do Contrato de Empréstimo nº 5989/OC-BR foi publicado no Diário Oficial da Cidade na segunda-feira (31). O documento foi assinado em 25 de agosto pelo secretário municipal da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano, e pela representante do BID no Brasil, Annette Bettina Killmer.

O contrato estabelece carência de 72 meses para o pagamento da primeira parcela de amortização e a quitação será feita até 15 anos após a assinatura, com pagamentos semestrais nos meses de janeiro e julho. A operação tem garantia da União, nos

termos do contrato firmado entre o país e o BID.

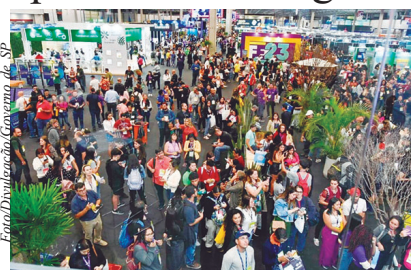
Para o primeiro desembolso, o contrato estabelece, entre outras condições, a aprovação e entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa (ROP), a designação ou contratação do coordenador do programa e do especialista ambiental, a contratação do Verificador Independente, a aprovação de um plano de ação para otimizar a infraestrutura de recarga e a existência de uma unidade de gestão de riscos de integridade estrutural da SPTTrans.

O financiamento faz parte de um pacote de investimentos previstos pela Prefeitura em benefício da população. No dia 13 de agosto, a gestão municipal foi autorizada pelo Senado Federal a adquirir três operações de crédito internacional que somam US\$ 701,9 milhões – cerca de R\$ 3,62 bilhões – para serem aplicados nas áreas de saúde e transporte. (Pref. de São Paulo)

Empresas de SP podem se inscrever para participar de missão empresarial ao Paraguai e à Colômbia

Empresas paulistas dos setores de alimentos e bebidas, produtos pet e higiene pessoal, perfumaria e cosméticos terão a oportunidade de prospectar novos mercados no Paraguai e na Colômbia por meio da Missão SP Exporta 2026. Promovida pela InvestSP, em parceria com a Fiesp-SP, Sebrae-SP e São Paulo Negócios, a iniciativa levará até 30 empresas a Assunção e Bogotá, de 23 a 27 de novembro, para rodadas de negócios com compradores, seminários e visitas técnicas. As inscrições estão abertas até 13 de setembro.

A programação de 2026 inclui rodadas de negócios B2B com compradores, seminários técnicos e visitas técnicas, além de uma preparação on-line antes da



viagem. As agendas comerciais serão organizadas de acordo com o perfil das empresas e as oportunidades identificadas nos mer-

cados paraguaio e colombiano. Poderão ser selecionadas até 30 empresas, com prioridade para micro, pequenos e médios negó-

cios e para empresas que estejam iniciando seu processo de internacionalização. Empresas que tenham participado de programas de capacitação para exportação, como o Exporta SP, da InvestSP, o MPE Global, do Sebrae-SP, ou o PEIEX, da ApexBrasil com o Sebrae-SP, receberão pontuação extra no processo de seleção.

Esta será a terceira missão empresarial do SP Exporta. A última edição foi realizada em 2025, com destino à Argentina e ao Uruguai, e teve como foco empresas paulistas dos setores de alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos.

Confira as regras no regulamento: <https://investsp.org.br/mercado-internacional/soaopaulo-exporta/> (Governo de SP)

Curso gratuito de empreendedorismo está com 500 vagas abertas em SP

Para capacitar empreendedores de micro e pequenas empresas, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, por meio do programa Qualifica SP – Empreenda, está com 500 vagas abertas para um curso gratuito de empreendedorismo. Os interessados devem acessar o site www.qualificasp.sp.gov.br até o dia 7 de setembro para se inscrever.

O curso, executado pela Fundação Dom Cabral, é dividido em três módulos com carga horária de 30 horas. Os alunos terão mentoria coletiva e individual e aprenderão sobre gestão financeira, a identificar oportunidades de mercado e a

construir um plano de negócios.

Um levantamento do Sebrae aponta que entre as maiores dificuldades dos empreendedores estão acesso a crédito, divulgação e venda de produtos e serviços, burocracia e controle das finanças. A formação do Qualifica SP – Empreenda tem como objetivo sanar esses gargalos.

Podem participar empreendedores do estado de São Paulo, de 18 anos ou mais, formais ou informais. As aulas têm previsão para início no dia 15 de setembro. Este é o último ciclo de inscrições. No total, foram oferecidas 2 mil vagas, distribuídas em quatro etapas. (Governo de SP)



Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Folhapress

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

PIB do Brasil desacelera e cresce 0,5% no segundo trimestre

O PIB (Produto Interno Bruto) desacelerou no Brasil no segundo trimestre, com avanço de 0,5% na comparação com os três meses imediatamente anteriores, apontam dados divulgados na terça-feira (1º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A perda de ritmo era aguardada por analistas devido principalmente ao aperto dos juros elevados. O resultado ocorre após alta de 1,1% no primeiro trimestre.

Motor da economia, o consumo das famílias puxou o PIB para baixo e veio pior do que o esperado. Isso reflete a expectativa de que a economia continue a desacelerar.

O consumo, que mede as despesas com a compra de bens e serviços para uso próprio, recuou 0,4% no segundo trimestre. É a primeira taxa negativa após dois avanços consecutivos e o menor desempenho desde os três últimos meses de 2024 (-0,6%).

As altas da agropecuária (2,8%) e da indústria extrativa (3,4%), por outro lado, ajudaram a impedir uma desaceleração ainda maior do PIB. Os dois segmentos são menos afetados pelos juros, diz a economista Juliana Trece, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

"As famílias estão muito endividadas, e os juros elevados acabam sendo uma barreira para o crédito. Tudo isso mexe na dinâmica. Mas a economia seguiu crescendo, muito sustentada pelas atividades não tão relacionadas aos juros", afirma.

Apesar de o resultado do PIB ter ficado ligeiramente acima das projeções do mercado financeiro, muitos economistas já falam em um viés de baixa para o acumulado do ano. A mediana das estimativas era de 0,4% para o

período de abril a junho, conforme a agência Bloomberg.

A retração do consumo das famílias (particularmente relevante nesse diagnóstico, uma vez que ocorre mesmo diante de uma taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, sugerindo que os efeitos da política monetária contracionista [juros altos], do elevado comprometimento de renda e das condições ainda restritivas de crédito começam a se sobrepor", disse o economista Yihao Lin, da Genial Investimentos.

A taxa de 0,5% foi a menor para o PIB desde o quarto trimestre do ano passado (0,2%).

Pelo lado dos setores, os dados do IBGE mostram que os serviços (0,2%) e a indústria (0,1%) ficaram praticamente estagnados no segundo trimestre.

A agropecuária, por sua vez, acelerou ao registrar crescimento de 2,8%. O país vive ano com projeções de recorde na safra de grãos. A pecuária também gerou contribuição positiva.

O economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, afirma que os dados mostram uma economia que ainda cresce por conta da renda agropecuária e extrativa, mas a expectativa é de que os efeitos do agro diminuam no terceiro trimestre e que o aperto monetário continue se espalhando pela economia. Ele projeta expansão de 0,2% no próximo trimestre e de 1,9% no ano.

Analistas também chamam a atenção para a ameaça do El Niño. O evento climático altera a distribuição das chuvas, o que pode prejudicar a agropecuária a partir do final do ano.

"Tem esses riscos atrelados à atividade que está sendo motor do nosso crescimento", diz Juliana Trece, do FGV Ibre, em referência ao agro.



Foto: Divulgação/Toyota

Elas avalia que o contexto do segundo semestre é ainda mais desafiador do que o primeiro.

A economista não prevê taxas negativas para o PIB até o final de 2026, mas vê um cenário com variações ainda mais próximas de zero nos trimestres. O acumulado do ano tende a ficar abaixo de 2%, diz Juliana.

A indústria vinha de avanço de 1,2% nos três meses iniciais de 2026 e perdeu ritmo no segundo trimestre sob impacto das quedas da transformação (-0,4%) e da construção (-0,4%) —atividades sensíveis ao crédito.

O ramo industrial de eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos também mostrou desempenho negativo (-1,1%).

O segmento extrativo, por outro lado, puxou a indústria para cima, com a alta de 3,4%. Petróleo e gás fazem parte dessa categoria.

Em nota, a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) afirma que a indústria de transformação segue limitada pela taxa Selic elevada e pelo custo do crédito livre, e que o indicador antecedente da entidade aponta para continuidade do arrefecimento da atividade industrial no segundo semestre.

Levantamento da Fiesp mostra que a renda, descontada a

parte da dívida das famílias, perdeu fôlego desde meados de 2024. Isso limitaria a conversão do rendimento em consumo, mesmo com o mercado de trabalho ainda aquecido.

Os investimentos produtivos seguiram no terreno positivo, com alta de 1,2% no segundo trimestre. O resultado, contudo, sinaliza perda de ritmo depois do crescimento verificado no início de 2026 (3,4%).

Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, afirma que o cenário mostra uma moderação mais intensa do que a esperada no consumo das famílias, enquanto o investimento veio um pouco acima das estimativas de mercado.

Para a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, os números confirmam que o PIB está perdendo força de forma gradual. "Os juros elevados têm contribuído para essa desaceleração, enquanto, do outro lado, o mercado de trabalho aquecido e as medidas do governo para estimular o crédito ajudam a sustentar a economia."

A divulgação desta terça é a última do PIB antes das eleições de outubro. O IBGE publicará o resultado do terceiro trimestre em

2 de dezembro.

O governo do presidente Lula (PT), que tenta a reeleição neste ano, apostou em medidas de estímulo à economia. Outro incentivo para o PIB veio do mercado de trabalho, que ainda mostrou força no segundo trimestre.

Os juros altos, por outro lado, travam o crescimento ao dificultar o consumo e os investimentos produtivos. O BC (Banco Central) iniciou um ciclo de cortes na Selic em março, mas a taxa básica segue em dois dígitos (14% ao ano).

Essa política de juros busca conter a inflação ao esfriar a demanda que pressiona os preços de parte dos bens e serviços. O efeito colateral esperado é a desaceleração do PIB.

O endividamento das famílias também foi apontado como trava para o indicador no segundo trimestre.

O PIB ainda abrange o consumo do governo, que subiu 0,4% de abril a junho, e o setor externo. As exportações caíram ante os três primeiros meses do ano (-0,8%), enquanto as importações aumentaram 1,8%.

O mercado financeiro espera alta de 1,92% para o PIB de 2026, conforme a mediana das projeções do boletim Focus, do BC.

Caso a estimativa se confirme,

este ano será o primeiro com taxa abaixo de 2% desde 2020. A época, a economia amargou queda de 3,3% sob efeito da pandemia.

O PIB teve alta de 2,3% em 2025. É a mesma taxa prevista pelo Ministério da Fazenda para o indicador em 2026. O FMI (Fundo Monetário Internacional), por sua vez, projeta expansão de 2,4% para este ano.

A economia pode encerrar o terceiro mandato de Lula com crescimento de 2,7% ou 2,8% em média ao ano. O cálculo considera os dados do PIB divulgados pelo IBGE de 2023 a 2025 e as previsões do mercado, do Ministério da Fazenda e do FMI para 2026.

Caso o cenário se confirme, a economia terá o maior avanço em um mandato presidencial de quatro anos desde o segundo governo Lula (2007 a 2010). A época, o PIB mostrou alta de quase 4,7% em média ao ano.

O desempenho positivo do indicador tem sido comemorado por apoiadores do presidente às vésperas das eleições, assim como a recuperação do mercado de trabalho.

Economistas, porém, alertam para o alto nível de endividamento das famílias e o quadro das contas públicas. (Folhapress)

Governo prevê arrecadar R\$ 636 bilhões com nova CBS em 2027

Enviado na segunda-feira (31) ao Congresso Nacional, o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 trouxe as primeiras projeções de arrecadação dos tributos criados pela reforma tributária. O governo federal estima arrecadar R\$ 636 bilhões no próximo ano com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo a ser administrado pela União.

Apesar de incluir a receita esperada, o governo não informou no Orçamento qual será a alíquota da CBS. O percentual será calculado a partir de uma metodologia definida pela reforma tributária e deverá ser fixado pelo Senado até 15 de dezembro para entrar em vigor em janeiro de 2027.

Com introdução gradual até 2032 e passando a valer definitivamente em 2033, a CBS substituirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além de assumir parte da função atualmente exercida pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Alíquota em definição

Pelas regras da reforma, a Receita Federal deve enviar ao Tribunal de Contas da União (TCU), até 14 de setembro, uma proposta de cálculo da alíquota de referência da CBS.

O TCU terá até 30 de outubro para analisar e homologar os cálculos. Depois, caberá ao Senado fixar a alíquota de referência para 2027.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o percentual não será definido diretamente pelo Ministério da Fazenda.

"A gente vai cumprir nosso itinerário discutindo isso, lembrando que a metodologia prevista na Constituição Federal, já aprovada pelo TCU, não diz a alíquota, mas estabelece a metodologia de uma transição de longo prazo."

Segundo Durigan, a metodologia considera a ampliação da base de contribuintes e os diferentes regimes especiais previstos na reforma.

Novos tributos

A CBS começará a ser cobrada integralmente em 2027 e substituirá PIS e Cofins. O IPI será zerado para a maior parte dos produtos e permanecerá para itens ligados à Zona Franca de Manaus, dentro das regras de preservação da competitividade da região.

Em 2027, também começará a cobrança do Imposto Seletivo, cuja arrecadação é estimada em R\$ 41,9 bilhões no próximo ano. Esse tributo será apli-

cado a produtos e atividades considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A estimativa apresentada pelo governo para a cobrança do Imposto Seletivo considera setores como veículos, tabaco, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e apostas.

Transição tributária

A reforma também cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de estados e municípios. A implementação será gradual e haverá um período de convivência entre o sistema atual e o novo modelo.

A CBS e o IBS seguirão o sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com cobrança não cumulativa. Nesse modelo, o tributo pago em etapas anteriores da cadeia produtiva pode ser compensado, reduzindo o efeito cumulativo da tributação.

Outra mudança é a cobrança no destino: os impostos passam a ser vinculados ao local de consumo, e não à origem da produção. A transição busca reduzir a chamada guerra fiscal entre estados.

Outras receitas

A inclusão das novas receitas é relevante para as projeções fiscais do governo. O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a arrecadação com recursos naturais, incluindo royalties de petróleo, deve somar R\$ 176 bilhões em 2027.

Já a receita com dividendos deve ficar pouco acima de R\$ 31 bilhões, abaixo da previsão de R\$ 55,5 bilhões para 2026.

Superávit primário

Moretti também afirmou que o governo trabalha com um superávit primário efetivo de R\$ 18,6 bilhões em 2027. Ao excluir gastos com precatórios e algumas despesas de saúde, educação e defesa, atualmente fora do arcabouço fiscal, a previsão de superávit sobe para R\$ 83,4 bilhões.

O valor representa uma folga de R\$ 10,2 bilhões em relação à meta do arcabouço fiscal, que considera um resultado positivo equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado em R\$ 73,2 bilhões. Segundo o ministro do Planejamento, essa margem aumenta a capacidade de contingenciamento (congelamento temporário de gastos em caso de frustração de receitas) caso seja necessário ajustar as despesas ao longo do ano.

Durigan afirmou que a folga fiscal pode "dar liberdade" ao governo para administrar a execução do Orçamento de 2027. (Agência Brasil)

Começa o prazo para empresas optarem por Simples Nacional



Foto: Divulgação/União

As micro e pequenas empresas devem estar atentas. Começou na terça-feira (1º) o prazo de adesão ao Simples Nacional, regime simplificado de tributação para quem fatura até R\$ 4,8 milhões por ano.

Por causa da reforma tributária, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) antecipou a escolha de regime tributário em quatro meses. As empresas que desejarem ingressar no regime em 2027 deverão fazer o pedido de 1º a 30 de setembro de 2026. Até então, a opção pelo Simples era realizada em janeiro de cada ano.

A alteração foi regulamentada pela Resolução CGSN nº 186, de 9 de abril de 2026. As normas incorporaram ao regime simplificado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributos criados pela reforma tributária sobre o consumo.

A nova regra vale para empresas que ainda não são optantes pelo Simples Nacional e querem utilizar o regime a partir de janeiro de 2027.

Principais prazos

1º a 30 de setembro de 2026: período para solicitar a opção pelo Simples Nacional para 2027; 1º de janeiro de 2027: início dos efeitos da opção;

até 30 de novembro de 2026: prazo para desistir da opção feita em setembro;

1º a 31 de março de 2027: nova oportunidade para escolher o recolhimento do IBS e da CBS pelo regime regular, com efeitos no segundo semestre.

Criada por causa da transição para o novo sistema tributário, a

alteração busca dar mais previsibilidade às empresas antes do início do ano-calendário.

IBS e CBS

Outra mudança envolve a forma de recolhimento do IBS e da CBS. A empresa poderá permanecer no Simples Nacional e, simultaneamente, optar pelo recolhimento desses dois tributos pelo regime regular.

Para o primeiro semestre de 2027, a escolha deverá ser feita em setembro de 2026 e terá validade de janeiro a junho.

Quem não fizer a opção pelo regime regular nesse período permanecerá, no primeiro semestre, com IBS e CBS dentro da sistemática do Simples.

A decisão poderá ser revista em março de 2027, com efeitos para o segundo semestre.

A escolha pode ter impacto especialmente para empresas que vendem para outras empresas, devido à possibilidade de geração e aproveitamento de créditos tributários.

Por isso, a avaliação do regime não deve considerar apenas a alíquota. Também entram na análise fatores como:

perfil dos clientes; cadeia de fornecedores; possibilidade de geração e aproveitamento de créditos; formação de preços; impacto dos novos tributos no fluxo financeiro.

Empresas já optantes

Quem já está no Simples Nacional, em regra, não precisa solicitar novamente a permanência no regime.

Ainda assim, é recomendado verificar a situação fiscal da empresa durante setembro de 2026

para identificar eventuais pendências ou exclusões para 2027.

As empresas que permanecerem no Simples e não quiserem recolher IBS e CBS pelo regime regular não precisarão fazer uma nova opção.

Quem quiser retirar esses dois tributos da sistemática do Simples deverá formalizar a escolha dentro do prazo estabelecido.

Abertura no fim do ano

As empresas abertas entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2026 terão uma regra específica.

Nesse caso, a opção pelo Simples Nacional feita no momento da inscrição do CNPJ produzirá efeitos tanto para o período restante de 2026 quanto para todo o ano de 2027.

A escolha relacionada ao IBS e à CBS pelo regime regular também poderá ser feita na abertura da empresa, com efeitos a partir de janeiro de 2027.

Se o empresário não quiser permanecer no Simples em 2027, poderá solicitar a exclusão por opção até o último dia de 2026.

Prazo para desistir

A antecipação da opção também criou uma possibilidade de desistência.

Quem fizer o pedido em setembro poderá cancelar a solicitação até 30 de novembro de 2026.

O cancelamento, porém, será irretratável. Isso significa que, depois de desistir, a empresa não poderá fazer uma nova opção para produzir efeitos em 2027.

A antecipação também permite que eventuais pendências sejam identificadas antes do início do ano. Em caso de indeferimento por problemas que possam ser regularizados, a empresa terá prazo para corrigir a situação.

Regra do MEI

A mudança não altera o calendário de opção pelo Simples, sistema aplicável ao microempreendedor individual (MEI).

Para o MEI, a opção pelo Simples continua sendo realizada em janeiro de cada ano, até o último dia útil do mês.

Dessa forma, a antecipação para setembro não deve ser con-

Arrecadação com 'imposto do pecado' deve chegar a R\$ 41,9 bi em 2027

Criado pela reforma tributária, o Imposto Seletivo (IS), apelidado como "imposto do pecado", deverá arrecadar R\$ 41,9 bilhões em 2027. A previsão foi incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado na segunda-feira (31) ao Congresso Nacional.

O tributo será aplicado a produtos e atividades considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Entre eles estão cigarros, bebidas alcoólicas, refrigerantes, alguns tipos de veículos, além da extração de bens minerais, loterias, apostas e jogos de fantasia sports.

A cobrança começa em 2027, mas a regulamentação do imposto ainda precisa ser aprovada pelo Congresso. O governo ainda não enviou a proposta específica que definirá as regras de funcionamento do tributo.

Produtos taxados

A lista prevista para o Imposto Seletivo inclui:

- Cigarros e outros produtos de tabaco;
- Bebidas alcoólicas;
- Refrigerantes e outras be-

bidas açucaradas;

- Veículos, conforme características e nível de emissão de poluentes;
- Extração de bens minerais;
- Loterias e apostas;
- Bets e fantasy sports.

Segundo o Ministério da Fazenda, a estratégia inicial é preservar, durante o período de transição, uma carga tributária semelhante à atualmente aplicada aos produtos. Em uma etapa posterior, as alíquotas poderão ser elevadas pelo chamado efeito regulatório, com o objetivo de desestimular o consumo de produtos considerados nocivos.

Em entrevista coletiva para explicar o PLOA de 2027, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a estimativa de arrecadação busca preservar a carga atual incidente sobre setores que são tributados pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No caso das apostas, a tributação será uma novidade, porque as chamadas bets não estão sujeitas ao IPI. Segundo Durigan, o governo pretende evitar uma ali-

quota tão baixa que seja irrelevante ou tão alta que estimule a migração das plataformas para a ilegalidade.

O governo utiliza também argumentos relacionados aos custos provocados pelo consumo desses produtos para justificar a tributação.

Segundo o Ministério da Saúde, um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) estimou que o consumo de álcool gerou, em 2019, R\$ 18,8 bilhões em custos. Desse total, R\$ 1,1 bilhão correspondeu a despesas federais diretas com hospitalizações e procedimentos ambulatoriais no SUS.

No caso do tabagismo, as doenças relacionadas ao consumo de cigarros geram R\$ 153,5 bilhões

em custos anuais, segundo estimativa do Ministério da Saúde. O valor inclui despesas diretas e perdas de produtividade.

Os números apresentados pelo Ministério da Saúde mostram ainda que:

- R\$ 86,3 bilhões são custos indiretos associados ao tabagismo;
- R\$ 8 bilhões são arrecadações anualmente em tributos federais sobre cigarros;
- R\$ 3 bilhões são os custos estimados ao SUS com doenças relacionadas ao consumo de bebidas ultraprocessadas, como refrigerantes.

O Imposto Seletivo integra o novo sistema de tributação sobre o consumo aprovado pelo Congresso em 2023 e regulamentado posteriormente. A implemen-

tação ocorrerá de forma gradual, com transição prevista até 2033.

A partir de 2027, o IS passará a coexistir com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a parte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No Orçamento de 2027, o governo estima R\$ 636 bilhões de arrecadação com a CBS. Somados aos R\$ 41,9 bilhões previstos para o Imposto Seletivo, os dois novos tributos devem gerar R\$ 677,9 bilhões no próximo ano.

A previsão de receitas com os novos tributos é considerada importante para o equilíbrio das contas públicas durante a transição

para o novo modelo tributário.

Produtores dos segmentos atingidos pelo Imposto Seletivo alegam que cigarros, bebidas alcoólicas e outros produtos têm elevada carga tributária no Brasil.

Representantes do setor avaliam que aumentos adicionais podem reduzir margens de lucro e provocar repasses aos preços. Também apontam riscos de demissões e crescimento do mercado ilegal caso a tributação seja considerada excessiva.

O governo, por outro lado, sustenta que o Imposto Seletivo terá não apenas função arrecadatória, mas também regulatória, justamente para reduzir o consumo de produtos com impactos negativos sobre a saúde e o meio ambiente. (Agência Brasil)

Orçamento de 2027 prevê R\$ 133,8 bilhões em investimentos

A equipe econômica prevê R\$ 133,8 bilhões em investimentos no Orçamento de 2027, segundo o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado nesta segunda-feira (31) ao Congresso Nacional. O valor representa aumento em relação aos R\$ 110,8 bilhões previstos no Orçamento de 2026.

A proposta amplia os recursos destinados a obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, habitação e projetos considerados prioritários pela equipe econômica. Os investimentos fazem parte das despesas discricionárias, que não têm execução obrigatória e podem ser ajustadas pelo governo ao longo do ano.

Do total previsto para 2027, R\$ 87,9 bilhões correspondem a despesas primárias e R\$ 45,9 bilhões a inversões financeiras, que incluem operações como subsídios destinados a programas habitacionais.

O arcabouço fiscal determina piso de R\$ 88,7 bilhões para os investimentos no próximo ano, equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das ri-

quezas produzidas no país). Dessa forma, o total de investimentos públicos previstos para 2027 está R\$ 45,1 bilhões acima do limite mínimo.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, destacou que a capacidade de investimento do governo aumentou na proposta, embora ainda esteja abaixo do necessário para sustentar um crescimento mais acelerado da economia.

"Mesmo quando considera o investimento primário, ampliamos nossa capacidade [de investimento no PLOA]. É um espaço que ainda precisa crescer, porque aumenta nossa capacidade produtiva", disse.

Recursos para o PAC

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverá concentrar R\$ 61,5 bilhões em investimentos em 2027. O montante considera tanto despesas primárias quanto financeiras.

Os recursos poderão financiar projetos de infraestrutura e expansão da capacidade produtiva, incluindo obras de transpor-

te, energia, habitação e outras áreas consideradas estratégicas pelo governo.

O texto reserva as seguintes verbas para alguns programas do Novo PAC: R\$ 8,25 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida; R\$ 1,19 bilhão para transporte coletivo urbano; R\$ 667,2 milhões para drenagem e prevenção de inundações.

Segundo Moretti, o aumento dos investimentos foi possível em parte pelo controle do crescimento das despesas obrigatórias e pela aplicação dos mecanismos de contenção previstos na legislação fiscal.

Despesas obrigatórias

A proposta também prevê redução da participação das despesas obrigatórias na economia. Segundo o governo, elas devem passar de 17,5% para 17,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

A proporção dos gastos obrigatórios em relação à despesa primária total também recua, de 92,4% para 91,7% do PIB.

Entre as principais reduções previstas estão: Pessoal: queda

de 0,1 ponto percentual do PIB; Benefícios previdenciários: queda de 0,1 ponto; Despesas obrigatórias com controle de fluxo: queda de 0,1 ponto; Sentenças judiciais: queda de 0,1 ponto.

Em contrapartida, o Orçamento incorpora uma despesa equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB para o novo Fundo de Compensação a Estados e Municípios, criado pela reforma tributária. O aumento dos investimentos ocorre dentro das regras do arcabouço fiscal. A legislação permite crescimento anual das despesas de até 2,5% acima da inflação, condicionado ao comportamento das receitas públicas.

As despesas discricionárias, por serem mais flexíveis, são uma das principais áreas utilizadas pelo governo para acomodar investimentos e, ao mesmo tempo, cumprir as metas fiscais.

Para Moretti, apesar do crescimento previsto no PLOA 2027, o volume de investimentos ainda é insuficiente diante das necessidades de infraestrutura e expansão da capacidade produtiva do país. (Agência Brasil)

Nova regra do Pix amplia prazo para contestar golpe

Uma nova regra do Pix amplia na terça-feira (1º), de 30 para 80 dias o prazo para contestar uma devolução realizada pelo Mecanismo Especial de Devolução (MED) quando houver suspeita de fraude. A mudança foi estabelecida pelo Banco Central e busca proteger principalmente comerciantes, prestadores de serviço e pequenos negócios vítimas de golpes que usam o próprio sistema de segurança do Pix.

O novo prazo vale para quem recebeu um Pix de forma legítima, mas teve o dinheiro devolvido posteriormente por causa de uma contestação considerada fraudulenta. A contestação começa na data da devolução feita pelo MED.

O prazo para quem enviou um Pix e foi vítima de fraude continua sendo de 80 dias, contados a partir da transação original.

Dois prazos

Com a mudança, há duas situações distintas em que o prazo é de 80 dias:

- Vítima que enviou o Pix: tem até 80 dias a partir da transferência para pedir o MED;
- Recebedor que sofreu devolução indevida: tem até 80 dias a partir da devolução para contestá-la.

A alteração está prevista na Instrução Normativa BCB 766, que atualizou o Manual Operacional do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), integrante das regras do Pix.

Golpe contra lojistas

A mudança mira uma fraude que explora o mecanismo de proteção do Pix.

O golpista pode fazer um pagamento para uma loja ou prestador de serviço e, depois, alegar que transferiu o dinheiro por engano. Ele pede que o comerciante devolva o valor por uma nova transferência, muitas vezes para uma chave diferente.

Depois, o criminoso aciona o MED no próprio banco e afirma que o pagamento original foi resultado de fraude. Se a contestação for aceita e houver saldo disponível, o valor pode ser devolvido pelo banco.

Nesse cenário, o comerciante pode acabar perdendo dinheiro duas vezes: primeiro ao fazer uma nova transferência e depois com a devolução do Pix original.

Por isso, a recomendação é utilizar a função de devolução vinculada à própria transação: no aplicativo do banco, em vez de fazer um novo Pix para uma chave informada pela outra pessoa.

Como funciona

O MED foi criado para facilitar a recuperação de valores

MED 2.0

A ampliação do prazo ocorre em meio à implantação do chamado MED 2.0, versão mais robusta do mecanismo de devolução.

Desde fevereiro de 2026, o sistema permite rastrear o caminho percorrido pelo dinheiro depois que ele é transferido para outras contas. Antes, a recuperação ficava mais concentrada na conta que havia recebido originalmente os recursos.

O novo modelo pode aumentar as chances de bloqueio e recuperação mesmo quando o dinheiro é movimentado entre diferentes contas. A devolução, entretanto, não é garantida: se os recursos já tiverem sido sacados, transferidos novamente ou não houver saldo disponível, a recuperação pode ser prejudicada.

Uma etapa adicional de comunicação entre as instituições, inicialmente prevista para agosto, foi adiada para 26 de outubro. Segundo o Banco Central, a alteração não muda o funcionamento do rastreamento já disponível.

Se cair no golpe

Quem perceber que foi vítima de fraude deve procurar o banco o mais rápido possível, mesmo que ainda esteja dentro do prazo de 80 dias. A rapidez aumenta a possibilidade de encontrar recursos disponíveis para bloqueio.

Também é importante guardar:

- comprovante da transferência;
- conversas e mensagens;
- anúncios ou documentos relacionados à negociação;
- dados da conta que recebeu o dinheiro;

e outros registros que possam comprovar a fraude.

Dependendo do caso, também é recomendável registrar um boletim de ocorrência. (Agência Brasil)

Bolsa Família não deve ter aumento, e reajuste de servidores será limitado em 2027

O Bolsa Família não deve ter reajuste em 2027. Conforme proposta de Orçamento apresentada pelo governo federal na segunda-feira (31), serão direcionados R\$ 157,1 bilhões ao benefício. O valor fica abaixo dos R\$ 158,6 bilhões previstos no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para 2026.

A previsão, no entanto, pode não representar o valor efetivamente empenhado. Em 2026, por exemplo, o prognóstico do governo foi reduzido ao longo do ano. O relatório do segundo bimestre previa R\$ 156,6 bilhões empenhados no Bolsa Família. No terceiro bimestre, o valor foi reduzido para R\$ 155,8 bilhões.

Desde o restabelecimento do programa de transferência de renda pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), houve redução na provisão orçamentária e no número de famílias abrangidas pela política. Entre março de 2023 e julho deste ano, por exemplo, 2 milhões de famílias deixaram a lista de beneficiários.

No PLOA enviado ao Congresso Nacional também está prevista a contenção do reajuste salarial dos servidores públicos federais. Um gatilho estabelecido pelo arcabouço fiscal limita o aumento de despesas com pessoal a 0,6% acima da inflação em caso de déficit nas contas do governo.

Com isso, remuneração e encargos direcionados aos funcionários da União representam R\$ 361,5 bilhões, 3,2% acima dos R\$ 350,4 bilhões reservados no Orçamento deste ano. A proposta fica abaixo dos 5,4% possíveis, mesmo se considerado o teto estabelecido pelo gatilho.

Segundo Luis Genova, secretário-geral do Sindsef (Sindicato dos trabalhadores no serviço público federal) de São Paulo, a proposta mantém um padrão de ataques aos servidores e aos serviços públicos pelo governo e não surpreende a categoria.

"Nós estamos acumulando perdas desde lá de trás. Os concursos públicos feitos nesses

últimos anos são aquém do necessário. Muita gente faleceu, se aposentou e não foi reposta", afirma. Para o sindicalista, a política econômica do governo Lula é muito semelhante à da gestão Jair Bolsonaro (PL).

Para Genova, mobilizar os servidores federais para protestar contra a medida não é fácil neste momento. Os principais motivos apresentados por ele são o período eleitoral e a simpatia de setores sindicais ao governo.

Reduzir a provisão de verbas para o Bolsa Família e conter o reajuste dos servidores são medidas indicadas pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. Em evento do BTG Pactual realizado na segunda, Durigan prometeu superávit primário para 2027 e defendeu a redução do ritmo de expansão das despesas obrigatórias do Executivo.

A agenda fiscal do governo deve, segundo o ministro, se apoiar em sete frentes. Dentre essas frentes estão o cumprimento das metas de resultado primário

do fortalecimento do arcabouço fiscal, o controle do gasto obrigatório e a revisão de benefícios tributários.

Segundo Durigan, o governo trabalha para que o gasto obrigatório cresça menos que o limite geral de despesas. Para avançar mais nessa direção, ele diz ser favorável à utilização de gatilhos, desde que ofereçam previsibilidade para que gestores públicos possam fazer ajustes orçamentários.

Outra possibilidade indicada pelo ministro é a retirada de determinados benefícios da lógica de direito automático e submissão destes a um controle de fluxo, permitindo ao gestor o acompanhamento contínuo de pessoas elegíveis ao benefício.

O objetivo, afirma Durigan, não é reduzir a política social, mas aumentar sua eficiência. Ele citou o programa como exemplo de política pública que deve funcionar também como porta de saída para o mercado de trabalho. (Folhapress)

As consideradas somente as pessoas físicas, a inadimplência atingiu 7,8%.

"É importante que o Pix crédito, as taxas, o custo efetivo total, estejam presentes", indicou o diretor no evento.

Em evento em São Paulo na última semana, o presidente do BC, Gabriel Galpoldi, já havia alertado para a alta do endividamento.

Ailton de Aquino ainda afirmou que as bets são "elemento central" no endividamento das famílias. Além disso, segundo ele, o Banco Central tem analisado o tema. De acordo com ele, qualquer visão de que as casas de aposta não contribuem com o endividamento é "fake news". (Folhapress)

Diretor do BC diz que órgão lançará novas medidas para combater endividamento

O diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, disse na terça-feira (1) que a autoridade monetária deve lançar novas medidas em breve que visam combater o endividamento. Os focos serão o cartão de crédito e o crédito não consignado.

Os focos serão o cartão de crédito e o crédito não consignado, duas das linhas que mais preocupam o órgão.

Ele também pontuou que é preciso ter um olhar "macroprudencial" principalmente nas linhas mais caras", se referindo às duas modalidades na mira do BC. O tema, segundo ele, será objeto de debate no CMN (Conselho Monetário Nacional), que formula a política de crédito brasileira, e com a sociedade.

Em evento promovido pela Zetta em Brasília, o diretor disse

que uma das ideias é promover a transparência para o consumidor.

"A gente precisa endereçar a temática desse endividamento nas linhas mais caras, ou seja, cartão de crédito e não consignado. Então, o que eu acredito que, nos próximos meses, nós vamos ter algumas medidas relevantes para o sistema financeiro", falou o diretor, sem dar detalhes sobre quais serão essas medidas.

Na reunião do Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) da última semana, ao tratar do endividamento, o BC escreveu que "prepara medidas voltadas à mitigação dos riscos decorrentes dessa dinâmica, de forma a fortalecer a sustentabilidade do crédito e a resiliência

do sistema financeiro".

"O cenário, caracterizado por taxa básica de juros contracionista e pela elevação dos níveis de inadimplência, comprometimento de renda e endividamento das famílias, bem como pelo endividamento das empresas, requer cautela e diligência adicionais na concessão de crédito, tanto na qualidade dos empréstimos quanto no apetite ao risco", disse o órgão.

Também na última semana, o BC divulgou que a parcela de empréstimos em atraso no crédito livre, que contempla o cartão, o crédito pessoal e o financiamento de veículos, chegou a 6,4% em julho, o maior nível da série histórica do Banco Central, iniciada em março de 2011. Quan-

Desde 1955

 www.jornalodia.sp.com.br

Organizações criticam incentivo fiscal para data centers no Brasil

Bienal do Livro tem novo projeto para incentivar leitura no Brasil



A Bienal do Livro do Rio de Janeiro inaugura neste mês de setembro um novo projeto, dentro da proposta de incentivar a leitura no Brasil e aumentar o alcance do festival mesmo em anos intermediários à sua realização. Trata-se do projeto Estação Bienal, que fará a aproximação dos leitores de seus autores preferidos e suas obras.

A primeira parada da Estação Bienal está marcada para o dia 9 de setembro, no Teatro Clara Nunes, no Shopping da Gávea, zona sul do Rio de Janeiro. Nessa data, os fãs da escritora inglesa Alice Oseman, autora da série "Heartstopper", terão a oportunidade de conhecê-la ao vivo e ganhar seu autógrafo. Esse primeiro programa da Estação Bienal tem a parceria da Companhia das Letras, por meio da Seguinte, selo jovem da editora.

O diretor de Marketing e Conteúdo da GL events Exhibitions, que realiza a Bienal do Livro do Rio juntamente com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Bruno Henrique, disse à Agência Brasil que a ideia, no primeiro momento, é trazer para o novo projeto somente autores internacionais, a quem o público tem mais dificuldade de acesso.

"A gente quer criar esse produto para aproximar autores mais difíceis do seu público, com certa periodicidade que ainda será definida", disse.

Depois, a ideia é ampliar o projeto, como ocorreu com a Bienal nas Escolas, que leva autores a unidades da rede pública de ensino ao longo do ano e acabou se tornando uma proposta permanente. "A gente pretende ir evoluindo", garantiu Bruno Henrique.

O diretor da GL events Exhibitions informou que a organização da Bienal tem uma lista de escritores que são muito demandados pelos leitores e a escritora Alice Oseman é uma das mais pedidas. Junto à Companhia das Letras, percebeu-se a oportunidade de trazê-la agora, já que sua agenda permitia a vinda ao Brasil e, em especial, ao Rio de Janeiro, para uma ação específica.

"Foi uma questão de oportunidade, casando com a grande demanda que a gente já tinha por esse nome nas bienais anteriores", disse Bruno Henrique.

Alice Oseman atende uma parcela significativa do público jovem da Bienal do Livro do Rio. A inglesa é considerada o "best seller" (mais vendido) e, em seus livros, trata com delicadeza de temas ligados aos jovens, especialmente da população LGBTQI+.

Segundo Bruno Henrique, a mobilização dos fãs para a compra de ingressos para o encontro com a escritora estrangeira, inclusive nas redes sociais, sinaliza a existência de um recorte específico do público bastante abrangente de uma geração de milhares de seguidores que ela já tem no país. Não há prazo determinado para encerramento das vendas de ingressos, informou o diretor.

Os ingressos podem ser adquiridos no site da Symply ou no próprio teatro. Há três preços: Simples, de R\$ 85 (meia-entrada); e R\$ 170 (inteira) para acesso somente ao bate-papo; Master (acesso ao bate-papo + um exemplar de Heartstopper 6 previamente autografado): R\$

175,00 (meia) e R\$ 350,00 (inteira); e Full Experience (acesso ao bate-papo + um exemplar de Heartstopper 6 + participação na sessão de autógrafos, podendo tirar foto do momento): R\$ 199,90 (meia) e R\$ 399,90 (inteira).

Bruno Henrique destacou que haverá também a meia-entrada social, acessível a qualquer pessoa, desde que faça a doação de um livro, em bom estado, que será destinado a uma instituição apoiada pela Bienal do Livro Rio. "A ideia, disse, é fazer os livros girarem também, estimulando a leitura sob todas as perspectivas".

Itinerância

A Estação Bienal pretende ser itinerante, abrindo a possibilidade de transformar teatros, centros culturais e outros espaços da cidade em pontos de encontro para vários locais e segmentos da população carioca. "Dai ser uma Estação Bienal, com o propósito de ir parando em vários locais diferentes, com obras e autores diversos".

O nome de um novo escritor estrangeiro já foi levantado para a próxima edição do projeto. A GL events Exhibitions já está em conversa com os agentes do autor e seu editor, mas não pode adiantar o nome, por se tratar de uma operação complexa, que depende da logística e agenda dos escritores estrangeiros.

A ideia é conseguir fazer, "ainda este ano, mais uma Estação Bienal, com outro nome conhecido do público e cuja presença é bastante pedida nas bienais do Livro Rio".

Todos os participantes receberão um pin especial em cada edição da Estação Bienal. A peça é colecionável e a primeira terá a capa do sexto volume de "Heartstopper". Cada nova parada terá seu próprio pin, com identidade exclusiva, para que os leitores possam guardar e colecionar as experiências vividas ao longo do projeto.

Incentivo à leitura

A trajetória de incentivo à leitura da Bienal do Livro do Rio é feita também no ano do festival e um pouco antes, por meio de parcerias, visando a doação de livros. Com o Hemorio, por exemplo, o resultado do projeto "Ler tá no Sangue" tem sido super positivo, resultando no aumento do número de doadores para o instituto.

Com o Metrô Rio, são distribuídos livros pelos vagões, com a sugestão "Embarque na Leitura". "Porque a gente entende que esse é um lugar de muita leitura. As pessoas usam livros como companheiros nessa locomoção diária".

Outro projeto, com o objetivo de estimular a leitura, denominado "Invasão dos Livros", é realizado com a Voz das Comunidades, no Complexo do Alemão. "A gente retorna ali a questão de uma ação social com a distribuição de livros no local e o apoio da comunidade".

Para o diretor, isso significa tentar ampliar o propósito da Bienal para outros momentos, para mais lugares da cidade, em outros tempos, "para mais pessoas ficarem em contato com esse hábito da leitura, com os livros. O propósito é ir caminhando no sentido de tornar cada vez mais o Brasil um país leitor", concluiu Bruno Henrique. (Agência Brasil) Brasil

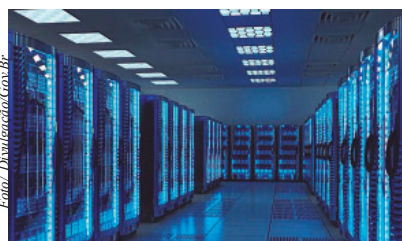
Organizações da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais publicaram uma nota criticando o projeto de lei que cria o programa Redata, com incentivos fiscais para instalação, no Brasil, de data centers de grandes empresas de tecnologia, as big techs. As entidades pedem mais negociação e mudanças no texto para garantir a soberania digital do país.

Os data centers são centros que reúnem equipamentos de computação usados pelas plataformas digitais para processar sistemas de inteligência artificial (IA) e armazenar os dados das "nuvens" das bigtechs.

Os data centers são criticados, entre outros motivos, pelo elevado consumo de energia e água.

A nota pública contra o PL 278 de 2026 alega que as negociações não têm sido transparentes e excluiriam as entidades da sociedade que estudam o tema.

"Rejeitamos que esse movimento comece pela entrega de benefícios fiscais e privilégios tributários para acelerar a expansão das Big Techs e outras grandes empresas do setor antes mesmo que o país estabeleça diretrizes adequadas para planejar territorial, salvaguardar socioambientais e contrapartidas capazes de proteger seus recursos naturais e interesses estratégicos", afirma o documento.



Assim, a nota, entre outras entidades, a Coalizão Direitos na Rede, que reúne mais de 50 organizações do setor; o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin); o Instituto de Defesa do Consumidor (Idoc); e a Rede pela Soberania Digital.

As entidades dizem defender a atração de investimentos, mas destacam que é preciso garantir mais contrapartidas das empresas beneficiadas pela isenção fiscal que contribuam para promover as capacidades tecnológicas e científicas nacionais.

"Sem contrapartidas proporcionais, o Brasil corre o risco de conceder benefícios fiscais e disponibilizar recursos estratégicos enquanto assume os custos ambientais e sociais de infraestruturas controladas por grandes grupos econômicos globais",

alertam as entidades.

O PL 278 de 2026, já aprovado na Câmara dos Deputados, entrou na pauta de votação do Senado esta semana. O projeto substitui a medida provisória que previa a criação do Regime Especial para Serviços de Data Center (Redata), que perdeu a validade em fevereiro.

O Redata, relatado no Senado pelo senador Cid Gomes (PDT-CE), prevê zerar impostos federais para importação de componentes eletrônicos e de tecnologia da informação destinados aos data centers como forma de incentivar a instalação desses equipamentos no Brasil.

Como contrapartida, as empresas terão que usar energia de fonte limpa ou renovável, além de apresentar Índice de Eficiência Hídrica no uso da água para res-

friamento dos equipamentos igual ou inferior a 0,05 litro/kWh em aferição anual.

O PL ainda obriga as empresas beneficiadas a realizar investimentos no país equivalentes a 2% do valor dos produtos comprados com o benefício fiscal e reservar 10% dos serviços dos datacenters para o mercado interno.

A estimativa do governo é de uma isenção em torno de R\$ 5,2 bilhões ainda este ano e de R\$ 1 bilhão em cada um dos dois anos seguintes, segundo o parecer ao projeto na Câmara do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

"O Redata garantirá aos pais recursos para o desenvolvimento de tecnologia própria nos mais diversos ramos da economia moderna", justificou Aguinaldo Ribeiro em seu parecer.

De acordo com as entidades da sociedade civil que publicaram a nota, o projeto de lei não foi suficientemente debatido para garantir que possa aumentar a soberania digital do Brasil e reduzir a dependência externa de tecnologias da informação.

"Soberania não se resume a instalar servidores em território nacional. Ela envolve capacidades tecnológicas e científicas nacionais, segurança e governança de dados, autonomia energética e proteção dos recursos naturais", defendem as entidades na nota. (Agência Brasil)

Violência contra a mulher: 7,5 mil agentes serão capacitados

Pelo menos 7,5 mil agentes de segurança pública das 27 capitais brasileiras e de 81 cidades do interior vão passar, nesta quarta (2), por um dia de capacitação, via transmissão simultânea, para atendimento de mulheres vítimas de violências.

A diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Michelle Gonçalves dos Ramos, explica que pelo menos outros dois mil profissionais já realizaram esse curso ao longo dos últimos três anos.

"Esse Dia C de Capacitação é uma grande mobilização educacional e nacional com foco no atendimento, na proteção e na perspectiva de gênero na segurança pública", acrescentou.

O ministro da Justiça e Segurança Pública Wellington César Lima e Silva considera o dia de capacitação fundamental para colocar em prática iniciativas de proteção, visto que são necessários profissionais preparados.

"Isso é muito importante porque estamos falando justamente de quem está todos os dias nas ruas, nas delegacias e nos serviços públicos, atendendo a população e sendo o primeiro contato de uma mulher com o Estado."

Ele explicou que vão participar da capacitação policiais civis, militares e penais, dos Corpos de Bombeiros, das guardas municipais e das perícias oficiais.

Além da confirmação da capacitação na quarta-feira, o ministro da Justiça e a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, assinaram também duas portarias sobre o tema. A primeira regulamenta procedimento de análise e de aprovação dos planos estaduais e do plano distrital de combate à violência contra a mulher.

Segundo Michele Gonçalves dos Ramos, a portaria assegura uma aplicação mais transparente e rápida dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para essa finalidade.

A segunda portaria institui o Grupo de Trabalho interministerial para a elaboração de um protocolo nacional de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual.

"O objetivo desse protocolo é de servir como uma referência para o atendimento realizado nas delegacias de todo o país", disse Michele Gonçalves dos Ramos.



Assim, a ideia é avançar na uniformização de procedimentos para as delegacias de Polícia Civil de todo o país.

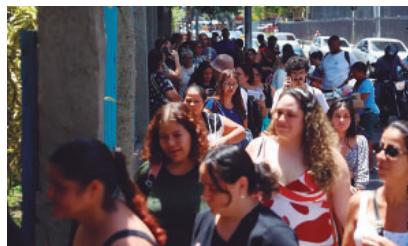
"Para que esse atendimento realizado nessas delegacias seja feito de forma ainda mais qualificada, humanizada e articulada entre os diferentes serviços, incluindo a saúde e outros órgãos de rede de proteção."

Os ministérios ainda entregaram um dossiê com o título Mulheres e Meninas Seguras, Evidências para o Enfrentamento da Violência de Gênero com 14 artigos escritos por pesquisadores do tema.

"Quando a gente publica uma revista, isso tem que fazer chegar lá na ponta para melhorar a qualidade das reflexões, do pensamento e das mudanças que a gente tem que ter", disse a ministra Márcia Lopes.

Ela destacou que houve queda do número de feminicídios, conforme o governo divulgou neste mês. O Brasil registrou 848 vítimas entre janeiro e julho deste ano, contra 876 no mesmo período de 2025. O resultado representou uma redução de 3,2%. (Agência Brasil)

PND 2026: cartão de confirmação da inscrição será divulgado no dia 9



O cartão de confirmação de inscrição na Prova Nacional Docente (PND) 2026 será divulgado no próximo dia 9 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A data inicial prevista para publicação do documento estava marcada para esta segunda-feira (31).

O documento informa data, horário e local de aplicação da prova, número de inscrição, além de indicar, quando for o caso, o atendimento especializado aprovado e uso do nome social. O candidato pode acessar o cartão na Página do Participante da Prova Nacional Docente (PND) diretamente pelo Sistema PND.

A Prova Nacional Docente (PND) é um exame anual do Mi-

nistério da Educação (MEC) para facilitar a contratação de professores. As redes públicas de ensino podem usar os resultados do certame - chamada de Enem dos Professores - em processos seletivos, de forma classificatória, eliminatória ou complementar à prova prática. A PND não é obrigatória para os professores.

Para orientar os candidatos a não perderem prazos importantes, o Inep elaborou o Guia do Participante da Prova Nacional Docente - 2026.

A retificação da nova data de divulgação do cartão de confirmação da inscrição foi publicada pelo Inep no Diário Oficial da União. As demais datas do cronograma da PND 2026 estão mantidas.

Conforme previsto no edital

da PND 2026, a aplicação das provas está marcada para 20 de setembro em todos os estados, no Distrito Federal e nos municípios listados no Portal do Inep.

Confira as demais datas do cronograma da PND 2026:

aplicação da prova: 20 de setembro; divulgação dos cadernos de prova, da grade de correção da questão discursiva e das versões preliminares dos gabaritos das questões objetivas: 24 de setembro; recurso da versão preliminar dos gabaritos das questões objetivas: 24 e 25 de setembro; reaplicação da prova para casos específicos: 18 de outubro; divulgação dos cadernos de prova, da grade de correção da questão discursiva e das versões preliminares dos gabaritos das questões objetiva: 24 de outubro; divulgação da correção preliminar da resposta da questão discursiva: 10 de novembro; recurso da correção da resposta da questão discursiva: 10 a 12 de novembro; divulgação do resultado final: 15 de dezembro.

A avaliação teórica terá como base o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) das Licenciaturas, que, desde a edição de 2024, foca nos cursos de formação docente.

A prova, com duração total de cinco horas e 30 minutos, será

composta por uma parte de formação geral docente, comum aos cursos de todas as áreas, e outra de componente específico, próprio de cada área de avaliação das licenciaturas.

A parte de formação geral docente terá 30 questões de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e uma questão discursiva que avaliará aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, vocabulário e gramática adequados à norma padrão da língua portuguesa.

A parte de componente específico de cada área de avaliação da PND terá 50 questões de múltipla escolha envolvendo situações-problema e estudos de caso.

A Prova Nacional Docente, além de estimular a realização de concursos públicos nas redes públicas de ensino, tem os objetivos de melhorar a qualidade dos processos seletivos para professores, e, também, induzir o aumento de professores qualificados no magistério público.

A iniciativa federal voltada aos licenciandos integra o programa Mais Professores para o Brasil que reúne ações integradas para promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e do incentivo à docência no Brasil. (Agência Brasil)